

---

---

# REVISTA TAKA'A

---

---

## APRENDIZAGENS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM TANGARÁ DA SERRA-MT

### LEARNINGS AND STRATEGIES OF RESISTANCE IN THE COORDINATION OF INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION AT THE SECRETARIAT OF EDUCATION IN TANGARÁ DA SERRA-MT

Nilce Zonizokemairô  
Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural  
PPGECII-UNEMAT  
[nilcehaloti!@gmail.com](mailto:nilcehaloti@gmail.com)

#### Resumo

Este artigo busca refletir acerca do papel assumido por mim, professora indígena *Haloti* na Coordenação da Educação Escolar Indígena na Secretaria de Educação do Município de Tangará da Serra. O objetivo é trazer uma experiência de decisão comunitária e de escuta, principalmente, na produção de material de apoio didático específico que colabora com a formação específica e intercultural dos estudantes *Haliti-Paresi*. Para o desenvolvimento desta gestão apontamos a escuta do povo e das necessidades formativas educacionais como primordial para a realização de formações junto aos professores e professoras, assim sendo, contamos com a colaboração da Universidade do Estado de Mato Grosso, via Faculdade Indígena Intercultural, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural e diretamente do Centro de Línguas Ameríndias (CLAM). Destaca-se que a ação de gestão desta coordenação se constitui como um grande desafio, mas também, como um caminho de protagonismo *Haliti-Paresi* na construção do material específico, bem como, uma ação de resistência em estar e ocupar o lugar dentro da secretaria com a finalidade de atender a política, a cultura, a ciência *Haliti*, sem deixar de interculturalizar com outros conhecimentos. E isso significa fazer uma educação que atenda aos desejos e às necessidades *Haliti-Paresi*.

**Palavras-chave:** *Haliti-Paresi*; Educação; Coordenação; Resistência.

## **Abstract**

This article reflects on the role I assumed, as Haloti, an Indigenous teacher, in the Coordination of Indigenous School Education at the Municipal Secretariat of Education in Tangará da Serra. The objective is to present an experience rooted in community decision-making and active listening, particularly in the production of specific didactic support materials that contribute to the specific and intercultural education of the Haliti-Paresi students. For the development of this administrative work, we highlight that listening to the community and understanding their educational and training needs was paramount for carrying out training sessions with teachers. Thus, we relied on the collaboration of the State University of Mato Grosso (UNEMAT), via the Intercultural Indigenous Faculty, the Postgraduate Program in Teaching in an Intercultural Indigenous Context, and directly through the Center for Amerindian Languages (CLAM). It is important to emphasize that the administrative actions of this coordination office constitute a significant challenge, but also a path for Haliti-Paresi leadership in the construction of specific materials, as well as an act of resistance in being present and occupying a position within the secretariat. The aim is to serve Haliti policy, culture, and science, while simultaneously maintaining intercultural dialogue with other forms of knowledge. This, ultimately, means providing an education that meets the desires and needs of the Haliti-Paresi people.

**Keywords:** Haliti-Paresi; Education; Coordination; Resistance.

## **Introdução**

O texto que escrevo é uma reflexão do desenvolvimento de um trabalho de gestão escolar dentro da Coordenação da Educação Escolar Indígena na Secretaria de Educação Municipal do Município de Tangará da Serra-MT. Tangará da Serra está localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, a aproximadamente 240 km da capital, Cuiabá.

O objetivo é mostrar, a partir da narrativa de uma memória, a reflexão de ir se constituindo o meu trabalho dentro da Coordenação de Educação Escolar Indígena, com seus desafios e com os inúmeros lugares de ser mulher *Haloti*, como mulher, mãe, professora, coordenadora e estudante de mestrado na época. Como *Haloti*, faço parte do povo *Haliti-Paresi*, um povo indígena pertencente a uma língua da família Aruak.

Meu povo valoriza a língua materna, a nossa cultura e estamos presentes em nove Terras Indígenas: a Terra Indígena Paresi, Utiriti, Rio Formoso, Juininha, Estivadinho e Figueiras, que já estão demarcadas e homologadas, o que significa que nossos direitos territoriais estão garantidos, por meio de decreto assinado pelo presidente da república. As Terras Indígenas Uirapuru, Ponte Pedra e Estação Parecis estão em processo de demarcação, ou seja, processo

de estudo e de reconhecimento, territórios estes, tradicionalmente, ocupados por nós, *Haliti-Paresi*.

Os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE indicam que nossa população *Haliti-Paresi*, em 2022, era de aproximadamente 2.186 pessoas. A população atual é de 2.900 habitantes, distribuídos em aproximadamente 100 aldeias, nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Conquista do Oeste, Barra do Bugres, Campos de Júlio, Nova Lacerda, Diamantino e Nova Marilândia. Essa informação foi obtida pela CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena) e FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) de Tangará da Serra, no ano de 2025.

Quero explicar que apresentei os nossos territórios, no entanto, o atendimento que faço como Coordenadora da Educação Escolar Indígena, no município de Tangará da Serra, alcança 50 aldeias distribuídas nas Terras Indígenas Paresi, Estivadinho, Formoso e Figueira.

O maior desafio na coordenação foi enfrentar a discriminação, pois muitas pessoas apostam na não capacidade das pessoas indígenas para realizar estas tarefas, porém, as reflexões e as escutas dentro das comunidades indígenas contribuíram para um trabalho de quatro anos, que desencadeou na produção de material de apoio didático específico para o povo *Haliti-Paresi*. Ressalto que isso é resultado do trabalho coletivo e cooperado, e da escuta da Secretaria Municipal de Tangará da Serra, em ouvir os caciques, lideranças, professores, professoras e toda a comunidade *Haliti* para que eu pudesse ocupar esse lugar e desenvolver o trabalho.

Em relação à metodologia do trabalho da Coordenação da Educação Escolar Indígena na Secretaria Municipal de Tangará da Serra, pode-se dizer que foi colaborativa entre indígenas e não indígenas, entre os professores e professoras indígenas, sempre com a finalidade de produzir experiências pedagógicas que atendesse a formação dos estudantes que estão no território *Haliti-Paresi*.

Enfim, o texto aqui produzido foi feito sob reflexões que perpassaram por uma experiência de decisão comunitária e de escuta, e que possibilitou a produção de material de apoio didático específico *Haliti-Paresi*. Destaco que é uma gestão aprendida em interculturalidade e desafios, de busca de outros colaboradores que pudessem auxiliar e apoiar a vivência e a experiência no lugar da gestão como coordenadora. Assim, as reflexões que faço assumem a memória do lembrar, do viver e do pensar, em ação, as práticas de gestão coletivizadas com a secretaria, a universidade do estado de Mato Grosso e, principalmente, o povo *Haliti-Paresi*.

## **Memórias de uma professora *Haloti* na Coordenação da Educação Escolar Indígena na Secretaria de Educação Municipal do Município de Tangará da Serra -MT**

O que é fazer memória? Fazer memória não é apenas registrar o passado, a cultura, nossas identidades, nossos sagrados, mas também, o tempo presente, a nossa vida cultural, a nossa ciência e, ainda, os desafios que estamos vivendo e que estamos aprendendo ao assumir outros lugares na esfera social e educacional do país.

De acordo com Kambeba (2018, p. 39), a memória é importante e, antes, os povos originários faziam pela oralidade, porém, “os povos conheceram a escrita e ela tornou-se uma ferramenta importante na luta pela manutenção da cultura indígena, facilitando o registro dos conhecimentos que até então eram transmitidos pela oralidade”. Essa escrita era para registrar os diferentes conhecimentos dos povos originários e, também, as histórias de vida de professores/as indígenas. Assim, inicio esta narrativa sobre a experiência da minha gestão.

O município de Tangará da Serra atende a formação de estudantes indígenas e não indígenas na sua rede de educação. Atualmente são cinco escolas polos e 15 salas anexas, que são escolas indígenas municipais no município; 20 coordenadas pela secretaria de educação municipal e uma escola sede e duas anexas coordenadas pela secretaria do estado de Mato Grosso. É nesse *lócus* que atuo como coordenadora, um campo de desafios e complexidades. Ou seja, lugar que coletivamente nos colocamos a pensar em política de educação escolar indígena.

A Educação Escolar Indígena é uma conquista dos povos originários. Antes, as escolas eram feitas pelos não indígenas para os indígenas. De acordo com Angelo (2018) a trajetória da educação escolar indígena no estado de Mato Grosso se divide em períodos. O primeiro com as escolas das missões (internatos com o apoio do SPI), quando Estado e Igreja mantinham alianças com a finalidade de catequizar e civilizar os indígenas. O segundo período inclui o tempo em que foram feitas as instalações de Linhas Telegráficas, onde foi desenvolvida uma política indigenista pelo Marechal Rondon, assim, as escolas eram instaladas nas áreas das estações telegráficas. Os Paresi, Bororo, Bakairi e Nambikwara foram escolarizados neste contexto e, por fim, o terceiro período, sobre o qual a autora escreve trata-se da década de 1970-1980, com outras frentes de atuação na educação escolar entre os povos de MT.

Após a Constituição Federal de 1988, abre-se um período em que a educação escolar indígena passa a ser consolidada, a partir das lutas do movimento indígena por uma educação

própria e com legislações que auxiliem nesse processo. Foi a partir da Constituição Federal que as ações mais específicas na Educação Escolar Indígena se iniciaram, período em que aconteceram as formações de professores interculturais. Aqui cito como exemplo, no estado de Mato Grosso, o projeto Tucum, projeto Pedra Brilhante, Projeto Hayo, além de um projeto de formação apenas para professores e professoras *Haliti*.

A formação em nível de Ensino Superior, também, é iniciada no estado de Mato Grosso em 2001, formação denominada, na época, como “Terceiro Grau Indígena”. Fiz parte da primeira turma do terceiro grau indígena e, também, da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural, que iniciou em 2019, em Barra do Bugres-MT. Vale ressaltar que essas formações são resultados/conquistas de muitas lutas do movimento indígena, em colaboração com outras instituições, professores e parceiros da sociedade civil.

Nesta narrativa que escrevo, observo que sou parte da história da educação escolar indígena de Mato Grosso, participando do movimento indígena, das formações de magistério intercultural como aluna e professora; estudando no terceiro grau indígena como aluna da primeira turma, desenvolvendo ações de professora na Universidade do Estado de Mato Grosso como formadora na Faculdade Indígena Intercultural (antigo terceiro grau indígena), e mestre pela primeira turma pelo PPGECEI. Explico que toda essa trajetória foi vivenciada, fazendo idas e vindas na minha aldeia e nas formações. Mas, também, explico que a docência, ser professora sempre foi uma atividade desenvolvida por mim com muita seriedade e com o compromisso de entender o meu povo *Haliti*.

Fazer esta escrita me fez voltar no tempo e refletir o quanto, como professora indígena, fui fortalecendo a identidade e produzindo resistências, envolvendo-me cada vez mais com as lutas, procurando construir dentro das escolas indígenas em que atuei currículos específicos marcados por trajetórias individuais e coletivas. Uma história que muitas lideranças participaram, e uma liderança importante foi o senhor João Arrezomãe, lutou e “[...]falava muito da formação dos professores indígenas da nossa cultura. Ele pensava que os professores, na escola, tinham que valorizar cultura tradicional e não falar só as coisas da cultura ocidental” (Paresi, Paes e Travessini, 2023, p. 11). O quanto buscamos, porque não sou e nem fui sozinha na atuação nas salas de aula, construir uma educação escolar indígena com fortalecimento da língua, cultura e identidade *Haliti*-Paresi exige um trabalho coletivo, envolvendo a escola e a comunidade como um todo.

Isso não quer dizer que não houve conflitos, desafios, mas sempre assumi o compromisso para com o meu povo. Fomos aprendendo com os nossos líderes, anciãos e anciãs e, também, vivendo a experiência da interculturalidade nos estudos, na formação de professores e professoras. Ensinamos as nossas crianças nas salas de aula, mostrando que é preciso se manter *Haliti-Paresi*, mas também, aprender os conhecimentos do mundo globalizado. Na formação de mestrado, a pesquisa ficou mais intensa e contribuiu para que pudesse refletir o quanto as nossas ciências, nossa cultura é forte e nos fortalece como *Haliti-Paresi*, que a cultura é parte de um currículo específico, pelo menos do que pode fazer parte da educação escolarizada. Compreendi que a pesquisa, o diálogo, a escuta, a cultura, a ciência *Haliti-Paresi* são estratégias que possibilitam a organização de uma educação escolar indígena própria.

Foram anos como professora em sala de aula, até que no dia 6 de janeiro de 2021, fui indicada pelos coordenadores pedagógicos locais, professores e professoras indígenas, caciques, lideranças e pela comunidade para assumir a Coordenação Pedagógica da Educação Escolar Indígena de Tangará da Serra/MT. Conforme as opiniões, como professora *Haliti*, era preciso assumir esse lugar e olhar de forma geral para a educação escolar *Haliti-Paresi*, não mais apenas na sala de aula como tinha experiência, mas, agora assumir a coordenação. Uma reunião foi marcada com o Secretário Municipal de Educação, Prof. Vagner Constantino Guimarães, para formalizar a decisão tomada pelos professores, coordenadores e comunidade. O Secretário acatou a decisão dos *Haliti-Paresi*.

O povo *Haliti-Paresi* havia tomado a decisão de ter na gestão da coordenação uma *Haloti*, e não mais um não indígena. Uma decisão política para atender as necessidades, estratégias e objetivos do povo dentro da educação escolar indígena *Haliti-Paresi*. “O Sistema escolar em todos os seus níveis, presentes ou não nas comunidades indígenas, precisa ser apropriado e direcionado a serviço dos projetos coletivos de vida de cada povo indígena” (Baniwa, 2014, p.144).

Em resposta a minha comunidade, ao meu povo, assumi o desafio. Foi um momento muito difícil para mim, tanto pessoal quanto profissionalmente. Nunca havia trabalhado fora da minha comunidade, nem ficado longe da minha família. Mesmo diante desses desafios, aceitei a proposta de assumir o cargo na cidade, na Coordenação da Educação Escolar Indígena. Iniciei o trabalho na Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra/MT, no dia 21 de janeiro de 2021, no Departamento da Educação Escolar Indígena. O principal objetivo deste trabalho é acompanhar e orientar pedagogicamente as escolas indígenas, atuando junto aos

professores e professoras *Haliti-Paresi* e não indígenas no processo de ensino-aprendizagem dos nossos alunos e alunas.

A coordenação se consolidou como um espaço de resistência indígena, por meio de estratégias como o desenvolvimento de uma educação escolar indígena bilíngue, intercultural e diferenciada, com foco na valorização da cultura e da identidade dos povos originários.

Compreendo que essas iniciativas buscam garantir o direito à educação específica e de qualidade, respeitando as particularidades de cada território etnoeducacional, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação escolar indígena *Haliti-Paresi*, no município de Tangará da Serra.

De acordo com Sousa (2014), os territórios etnoeducacionais foram criados, a partir do Decreto Presidencial nº 6.861/2009, é um marco político-jurídico na história dos movimentos indígenas brasileiros, ao possibilitarem que a organização da educação escolar indígena se dê em atenção à territorialidade de seus povos.

Os TEE-Territórios Etnoeducacionais constituem a base de planejamento, organização e pactuação federativa da oferta de Educação Escolar Indígena. Cada TEE é composto pelas terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias, caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados, independentemente da divisão político-administrativa do Brasil. A adesão é feita pelas secretarias municipais e estaduais<sup>1</sup>.

Nessa construção, como coordenadora, procuro olhar para o território do meu povo e pensar que currículo é importante para os *Haliti-Paresi*, e como trabalhar a interculturalidade sempre fortalecendo a nossa ciência e estando participando da vida social do país.

Porém, volto a dizer que adaptar-me à vida na cidade tem sido um dos maiores desafios. Moro sozinha, longe da minha família, sem ter com quem conversar no dia a dia, a escuta é sempre da língua do não indígena, da língua portuguesa, e sinto falta de dialogar em minha própria língua, porque sonho na minha língua, e pensamos como *Haliti*.

Hoje, com o tempo, com outras aprendizagens, já estou mais adaptada à rotina de trabalho dos não indígenas. Muitas coisas são diferentes do trabalho na aldeia: cumprir horários rígidos, bater o ponto todos os dias, justificar todas as saídas para as aldeias, entre outras exigências. O tempo indígena é outro e o tempo do não indígena é cronometrado como se

---

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/mec/pt-br>

tivesse medo da hora passar, das coisas não serem feitas e de não acontecerem. Assim, uso esse tempo cronometrado, sem perder de vista o que nos é mais importante.

Estou aprendendo muito sobre o trabalho pedagógico, uma aprendizagem que requer esforço de entender o mundo não indígena e o mundo indígena. Um trabalho pedagógico pensado em estratégias que atenda o meu povo e que possibilite com que tenhamos participação social como *Haliti*.

Estar nessa função, onde sou respeitada como professora *Haliti*-Paresi pelo meu povo e agora pelos colegas não indígenas, tem possibilitado trocas de conhecimentos e experiências valiosas, temos dialogado muito e acredito que a aprendizagem é de ambos os lados. A minha presença na cidade, na coordenação, mexeu com a estrutura da secretaria, afinal de contas, uma *Haloti* estava ocupando um lugar de destaque na educação do município. Posso dizer que todos nós estamos aprendendo muito com as nossas diferenças, mas também, com as nossas semelhanças.

Ainda estou me acostumando a viver neste ambiente da cidade, mesmo após quatro anos morando aqui, mas sigo firme no propósito de continuar atendendo a educação escolar indígena do meu povo. Ou seja, uma educação específica, diferenciada, multilíngue, intercultural (Brasil, 1998), uma educação que atenda os princípios do povo *Haliti*-Paresi na produção da interculturalidade.

Quero trazer neste memorial narrativo, que no mesmo ano que assumi a coordenação pedagógica, havia iniciado o estudo do mestrado indígena na Unemat, no PPGECEI, em Barra do Bugres-MT. Precisei traçar muitas estratégias para conciliar os estudos e a gestão na secretaria de educação, sem comprometer nenhuma das duas responsabilidades que já havia assumido, principalmente com meu povo. Foi um período bastante desafiador, pois passava a maior parte do tempo na secretaria, aproveitando a estrutura de internet para assistir às aulas que, por conta da pandemia da Covid-19, eram todas remotas.

Essa experiência foi muito enriquecedora, com reflexões e problematizações que dialogavam com os desafios da gestão, com a produção de um ensino que fosse realmente específico ou contextualizado, com amorosidade, com autonomia como lemos em Freire (2009). Ao mesmo tempo que estava como gestora, também, era a pesquisadora, a professora, a mulher *Haloti*, a mãe, enfim, era muitas em uma única mulher.

Quando chegou o período da pesquisa de campo do mestrado, conciliei com as visitas pedagógicas às escolas indígenas e extensões, realizando o trabalho de campo com os detentores



dos saberes tradicionais do meu povo. Embora conciliar trabalho e estudo tenha sido difícil, foi nesse esforço que adquiri ainda mais conhecimento e consegui superar os desafios enfrentados. Foi nesse período que as reflexões ficaram bastantes fortes, que as inquietações em relação ao ensino dentro das escolas *Haliti* foram sendo pensadas, dialogadas, pois a cada visita/orientação pedagógica travávamos diálogos com os professores e professora *Haliti*, em processo de escuta para que não fosse a coordenação fazer as definições, mas que fosse pela escuta as decisões tomadas em relação a parte pedagógica das escolas.

Atuar como coordenadora da educação escolar indígena na secretaria de educação continua sendo desafiador. Ainda existem barreiras como o preconceito e a discriminação, a ideia equivocada de que indígenas não são capazes de desempenhar um bom trabalho em suas comunidades. Há também dificuldades logísticas, como a falta de apoio institucional para a realização de visitas pedagógicas às escolas nas aldeias.

Mesmo assim, ao longo desses quatro anos, tivemos avanços importantes na educação escolar indígena específica e diferenciada. Formações continuadas, atendimentos às escolas, apoio a formação de professores e professoras indígenas *Haliti-Paresi*, apoio à formação de mestres e mestras; na esfera da produção de pesquisa disponibilidade de um produto pedagógico escrito em língua materna sobre *Zerati*<sup>2</sup>, que as escolas podem utilizar como apoio didático. Organização de Projetos Políticos Pedagógicos dialogados e discutidos com os professores e professoras. Apoio na organização da semana tradicional dos povos indígenas, como apoio na participação da agenda do movimento indígena e eventos científicos.

Destaco, ainda, o trabalho colaborativo firmado com a professora doutora Mônica Cidele da Cruz, por meio da FAINDI (Unemat – Barra do Bugres), do PPGECEII e do Centro de Línguas Ameríndias-CLAM, para formação continuada de professores *Haliti-Paresi*. Em 2024, produzimos materiais didáticos específicos para as escolas indígenas do município de Tangará da Serra/MT. Em 2025, essa parceria continua, com o tema: “Educação Haliti x Educação Escolar Haliti – Diálogo entre Saberes”. Essa colaboração tem contribuído de maneira especial

---

<sup>2</sup> O *Zerati* é de muita importância para o povo Paresi porque é uma palavra que designa um amplo e complexo conjunto de cantos das festas tradicionais. É um patrimônio imaterial do povo Haliti-Paresi e existe mestres anciãos que são conhecedores desses cânticos, são eles que puxam os jovens para essa aprendizagem. O *Zerati* significa o fortalecimento espiritual, crença, religião, ritual da menina moça, batizado, recuperação de doente, cura, reza, espiritualidade com a natureza, festa tradicional, flecha sagrada, flauta sagrada, oferenda, dança, canto espiritual, *txihyali*, banho com espuma, aprendizado, comportamento, identidade cultural, valorização, educação tradicional, harmonia, coletividade, respeito, língua materna, história, costume, paz, amor, união, felicidade, conhecimento e muitas outras coisas que estão ligadas ao cântico

para uma educação escolar indígena de qualidade, respeitando as especificidades de cada aldeia, e garantindo a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais do nosso.

Assumir essa coordenação foi e continua sendo uma estratégia de resistência. É fundamental que o povo *Haliti*-Paresi compreenda a importância da luta dos professores e professoras indígenas por uma educação específica, diferenciada e de qualidade. Essa luta representa mudanças históricas e significativas, relacionadas diretamente à valorização dos profissionais da educação indígena do nosso povo.

Os professores e as professoras indígenas têm um papel fundamental nas comunidades. Eles/elas são líderes, exercem diversas funções junto à aldeia e contribui diretamente para o fortalecimento e a valorização dos saberes tradicionais.

### **Considerações finais**

Enfrento a vivência de quatro anos na cidade, entre idas e vindas na aldeia, porque mesmo tendo casa na cidade, a minha residência é na aldeia. Estive/estou em dois lugares bem diferentes, o mundo indígena, meu mundo *Haliti* e o mundo não indígena. Vi as diferenças de tempo, de tratamento, de reconhecimento das pessoas. Aprendi que para estar nesse lugar era preciso ter coragem, a coragem dos nossos ancestrais que já lutaram pelo nosso povo.

Também entendi que o papel fundamental que estava assumindo era de resistência, de estar ali e, junto com o meu povo, pensar em estratégias que pudessemos melhorar nossa educação escolar indígena. Entendo que, a partir da escuta, da resistência, estamos construindo uma escola com motivos de ser planejada na autonomia do próprio povo e, conforme Zonizokemairo e Ferreira (2021), uma escola que tenha um currículo, aulas, calendário, com conteúdos da cultura, da ciência indígena, dos cantos e, também, com outros conhecimentos não indígenas. Nesse sentido, “é fundamental continuarmos dialogando com a comunidade e prestar atenção no que é importante estar na escola, que conhecimentos do mundo lá fora precisamos acessar, pois, somos como todos os cidadãos do país. Temos direitos como qualquer ser humano” (Zonizokemairo e Ferreira, 2021, p.84).

Aprendi que ser gestora inclui, ao mesmo tempo, ter autonomia e autodeterminação, mas também, que nesse processo é preciso saber as políticas da secretaria municipal de educação que nem sempre tem os mesmos direcionamentos da política *Haliti*-Paresi. Também estou aprendendo que a humildade é necessária para aprender o que não sei, mas por outro lado,

ensinar o que tenho conhecimento, que as práticas pedagógicas precisam ser adaptadas e atender as especificidades do meu povo, sem deixar de ampliar outros conhecimentos.

É um pouco difícil, porque é bastante complexo e o mundo não indígena é muito forte, mas continuamos na resistência, buscando o diálogo e construindo a nossa educação escolar indígena. Enfim, compreendi que é preciso desenvolver trabalhos colaborativos e com diálogos com indígenas e com não indígenas, sempre buscando atender os objetivos do povo *Haliti-Paresi*. Assim sou grata a essa experiência e aos inúmeros colegas de trabalho que fiz, a colaboração da Universidade do Estado de Mato Grosso, em especial ao Centro de línguas Ameríndias-CLAM. Que sejamos resistência sempre!

## Referências

ANGELO, Francisca Navantino Pinto de. **Educação Escolar entre os Povos Indígenas de Mato Grosso: Cinco casos, cinco estudos**. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional) UNB- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BANIWA, Gersem Luciano. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo**. Revista *Tellus*, (12), 127–146. 2014. Disponível: <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i12.136>.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. Brasília-MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Literatura indígena: da oralidade à memória escrita**. In DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.) *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e* Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

PARESI, Edicléia, PAES, Helena Rodrigues, TRAVESSINI, Neodir Paulo. Liderança tradicional Haliti Paresi: O que nos ensinou João Arrezomê sobre a educação. **Revista Taka'a**,

Barra do Bugres (MT), v. 1, e2023010, ISSN: 2965-6796, 20233. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rtakaa/article/view/12567/8510>

SOUSA, Fernanda Brabo. **Territórios etnoeducacionais e educação escolar indígena: percepções, reflexões e apropriações a partir de um pensar emocional ameríndio**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

ZONIZOKEMAIRO, Nilce & FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Possibilidades de contribuições da educação escolar indígena no fortalecimento do Zerati – Haliti Paresi In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Jan./Maio, Vol. I, n. 7, pgs. 80-89, 2021. ISSN 2525-670X. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

#### **Licença de Uso**

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito dever ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 24 de novembro de 2025  
Aprovado em 28 de novembro de 2025  
Publicado em 28 de novembro de 2025